



Apenas distribuir renda não reduz violência, diz ministro

José Eduardo Cardozo, da Justiça, defende ações simultâneas, como reinserção de presos e combate a drogas

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou ontem que é um equívoco se atribuir a violência apenas à exclusão social. Para ele, é preciso tratar adequadamente outros fatores como o uso de drogas. Cardozo anunciou a modernização do sistema prisional e disse que o governo já recolheu 20 mil armas desde o início do ano. **3**



Ministro fala na Comissão Temporária de Segurança Pública, ao lado dos senadores Jayme Campos (E), Eduardo Braga e Pedro Taques

José Cruz/Senado Federal



Ricelli/Reprodução

CDH discutirá os 50 anos da Campanha da Legalidade

Comissão aproveitará episódio histórico de 1961 para fazer ampla análise sobre as cinco últimas décadas da política brasileira. **6**

Renúncia de Jânio Quadros (foto) provocou reação militar contrária à posse de João Goulart, seu vice, defendida pelos criadores da Campanha da Legalidade

Extinção de espécies em ritmo acelerado

Especialistas que debateram impacto das mudanças no clima esperam que Rio+20 consiga dar chance de sobrevivência à biodiversidade. **4**

Cuiabá debate hoje atualização do CDC

Anteprojeto de modernização do Código de Defesa do Consumidor foram elaborados por comissão especial do Senado. **2**

Ex-ministros pedem que código seja votado logo **5**

Na mesa de debates, Francisco Turra (E), Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg ouvem o ex-ministro e deputado Reinhold Stephanes



Marcia Koluma/Senado Federal



CI aprova os últimos novos diretores para o Dnit **8**

Futuro diretor de Planejamento, José Florentino Caixeta fala na CI, ao lado da senadora Lúcia Vânia e do outro indicado ao Dnit, Roger da Silva Pêgas (D)

CRE confirma embaixadores para Gabão e Vietnã

Os diplomatas Bruno Luiz Cobuccio e Vitoria Alice Cleaver tiveram seus nomes aprovados ontem pela CRE. **8**

José Cruz/Senado Federal

Comissão criada pelo Senado para atualizar legislação se reúne em Mato Grosso com juizes, advogados e promotores

Cuiabá debate modernização do Código de Defesa do Consumidor

O SENADO REALIZA hoje, das 9h às 13h, audiência técnica para debater as propostas de atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC), na Escola dos Servidores do Poder Judiciário, em Cuiabá. Participarão do debate desembargadores, juizes e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT).

O debate é promovido pela comissão de juristas criada em dezembro passado pelo Senado para atualizar o Código de Defesa do Consumidor. A comissão é presidida por Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e tem como relatora a professora Claudia Lima Marques.

O CDC, que completou 20 anos em 2010, modernizou as relações entre fornecedores e compradores ao proibir a publicidade enganosa, estabelecer responsabilidades para fabricantes e vendedores e banir contratos com cláusulas abusivas.

A ideia era adequar o Direito do Consumidor aos avanços da internet, à diversificação da economia e à expansão do mercado financeiro, resultando em três anteprojetos, apresentados em 15 de junho ao presidente do Senado, José Sarney.

Os anteprojetos vêm recebendo críticas e sugestões do meio jurídico, representantes dos consumidores e das entidades empresariais. Qualquer cidadão

pode dar sua opinião pelo site www.senado.gov.br.

Crédito saudável

Pensando num "crédito saudável", as propostas preveem, entre outras inovações, o investimento na melhoria da informação ao consumidor sobre os riscos do crédito e também em mecanismos que estimulem as instituições financeiras a considerar o superendividamento e prevenir conflitos de consumo.

Em relação ao comércio eletrônico, as propostas incluem sugestões para amenizar problemas como o *spam* – e-mails não solicitados enviados a um grande número de pessoas –, uma prática abusiva, que prejudica tanto consumidores quanto fornecedores.

A proposta defende a suspensão do direito de comercializar produtos pela internet para os infratores. Além disso, as empresas que vendem pela internet terão de destacar nos sites seus endereços físicos, as formas de entrega, a data de recebimento do produto pelos compradores e os critérios para a eventual devolução do bem comprado.

A atualização em debate prevê ainda ajustes processuais no sentido de viabilizar solução alternativa não judicial para os conflitos de consumo, temática pouco enfatizada no Código de Defesa do Consumidor por ocasião de sua redação.

Comissão de juristas elaborou três anteprojetos que estão sendo discutidos com a sociedade

Senado pedirá informações sobre obras do PAC

O Senado pedirá ao governo federal informações sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A Mesa aprovou ontem requerimentos de Lúcia Vânia (PSDB-GO) a cinco ministérios.

A senadora pede que as pastas de Minas e Energia, Integração Nacional, Planejamento e Cidades, além da Secretaria de Aviação Civil, forneçam dados sobre a execução das obras que estão sob sua responsabilidade financiadas com recursos do PAC.

"Tendo em vista a importância do PAC para o desenvolvimento do país e a magnitude dos recursos públicos envolvidos, é preciso que o Senado Federal acompanhe o andamento das obras que fazem parte desse programa", afirma ela em sua justificativa.

Ela lembra que a Constituição estabelece a competência exclusiva do Congresso para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

Ao Ministério da Educação, por exemplo, serão requeridas informações sobre as provi-

dências tomadas após a constatação de erros em 7 milhões de livros destinados às escolas da zona rural.

A Mesa também aprovou requerimento de Eunício Oliveira (PMDB-CE) solicitando dados ao Ministério da Saúde para compor um mapa da obesidade no Brasil, incluindo estatísticas referentes às cirurgias bariátricas realizadas nos hospitais públicos. Segundo o senador, a espera por essa cirurgia, destinada a obesos mórbidos, pode demorar até 12 anos.



O presidente do Senado, José Sarney, conduz reunião em que a Mesa aprovou requerimentos ao governo sobre o PAC

Cícero Lucena diz que corte de gastos continua

Ao ser questionado sobre notícias de demissão de parte dos 2,5 mil funcionários terceirizados do Senado, o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), disse ontem que manterá a política de cortes de gastos.

– Estamos cumprindo aquilo que está previsto, no sentido de buscar, sempre que necessário, a redução do quadro.

Segundo ele, deverão ser prorrogados os contratos de terceirizados do setor de trans-

portes até que seja finalizado o processo de licitação para renovação da frota.

– É natural que haja preocupação quanto aos terceirizados da área de transportes, especificamente. O prazo ainda precisa ser prorrogado por conta da contratação dos serviços de transporte, que está em fase de licitação – explicou.

A redução, em seis meses, de 30% dos cargos terceirizados é um dos pontos do projeto

(PRS 96/09) aprovado em julho pela Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa. A proposta, que reformula a estrutura do Senado, encontra-se em tramitação na CCJ.

O senador disse que o processo de contratação de uma empresa para fornecer serviços de transportes, substituindo os atuais veículos por uma frota alugada, está em fase de análise dos recursos apresentados pelos concorrentes.



Para o senador, seu nome teria sido proibido de ser citado no *Mais Você*

Malta afirma que foi excluído de reportagem na TV

Magno Malta (PR-ES) lamentou ter sido excluído de reportagem do programa *Mais Você*, da TV Globo, comandado por Ana Maria Braga, sobre o lutador Marcelo Guimarães, vencedor do Jungle Fight, considerado o maior evento de MMA (em inglês, "artes marciais mistas") da América Latina. Ele disse que o lutador foi atendido pelo Vem Viver, projeto de reabilitação de dependentes de drogas que mantém no Espírito Santo. Segundo Malta, seu nome teria sido proibido. Ele contou a história de superação do jovem, a quem diz ter ensinado os primeiros movimentos de luta.

Projeto garante direitos de terceirizados

Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu a aprovação, pelo Plenário, de projeto (PLS 447/11) que determina a responsabilidade solidária do tomador de serviços de terceirização, seja ele da administração pública ou privada, com relação a encargos previdenciários e trabalhistas dos funcionários terceirizados.

O projeto, de sua autoria, permite condicionar o pagamento dos serviços prestados à comprovação do pagamento de direitos previdenciários e trabalhistas. Sérgio Souza citou o caso da empresa Zara, do setor de moda, que na semana passada teve algumas das fornecedoras de seus produtos flagradas pelo Ministério do Trabalho utilizando trabalho análogo ao escravo ou degradante. A Zara imediatamente culpou o fornecedor, o que não poderia ocorrer caso seu projeto já fosse lei.



Senadora destaca a Marcha das Margaridas e a Via Campesina

Ana Rita elogia mobilização de movimentos sociais

Ana Rita (PT-ES) destacou, na quarta-feira, a realização de dois eventos liderados por movimentos sociais, nos últimos dias, em Brasília: a Marcha das Margaridas e a mobilização da Via Campesina.

Ela lembrou que os movimentos lutam pela ampliação de direitos sociais, representados em projetos que tramitam no Congresso Nacional.

– Se não fosse essa mobilização popular, o Senado e a Câmara não teriam projetos tão importantes na pauta. O que está na nossa pauta é fruto da reivindicação do nosso povo – avaliou a senadora.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e debates entre os senadores.

CRA Produção leiteira

9h Integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária estarão hoje em Alvorada do Oeste, em Rondônia, para participar do ciclo de palestras que discutirá o preço pago aos produtores rurais pela produção de leite no mercado nacional, além dos efeitos da importação de produtos lácteos do Uruguai e Argentina, parceiros do Brasil no Mercosul. Além de Alvorada do Oeste, os senadores visitarão os municípios de São Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia do Oeste e Seringueiras, onde encontrarão prefeitos e representantes de produtores rurais e de trabalhadores.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As demais reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Paraná precisa de mais policiais, diz Sérgio Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) manifestou ontem indignação com o aumento da criminalidade no Paraná. Segundo ele, a situação não é diferente da dos demais estados, mas a piora deve-se também ao fato de o governo estadual não vir fazendo o “dever de casa” nos investimentos.

Enquanto nacionalmente há 25 homicídios por 100 mil habitantes, no Paraná este número chega a 32,6, informou o senador. A situação é pior na capital, com 40 homicídios por 100 mil habitantes, e chega a 62 quando se leva em conta a região metropolitana.

O senador pediu aumento do efetivo policial no Paraná e mencionou estudos apontando que o combate à violência está em déficit no estado, assim como o investimento em tecnologia e equipamentos.



Para Sérgio Souza, Paraná não faz o “dever de casa” nos investimentos

Ângela Portela: PF foi fortalecida no governo Lula

A decisão de fortalecer a Polícia Federal e apoiar sua atuação se deu no primeiro mandato (2003-2006) do presidente Lula, afirmou ontem Ângela Portela (PT-RR). O governo Lula contratou mais servidores por concurso público, além de ampliar o orçamento da PF e adquirir equipamentos de inteligência.

– Se no primeiro ano do governo Lula a PF realizou 16 operações de combate à corrupção, já no ano seguinte, em 2004, foram 42 operações, chegando, em 2008, às extraordinárias 273 operações para combater a corrupção, em todos os níveis de governo. Em 2010, foram 272 ações e, no acumulado do governo do presidente Lula, a PF realizou 1.060 operações contra apenas 48 registradas nos oito anos da administração anterior.



Ângela Portela compara: foram 16 operações em 2003 e 1.060 até 2010

Cruzamento de dados do *Mapa da Violência* com a melhoria de renda da população revela que é um equívoco atribuir a violência unicamente à exclusão social. Avaliação foi feita pelo ministro da Justiça, que defendeu desarmamento

Distribuição de renda não garante redução da violência, afirma Cardozo



Cardozo fala na comissão, entre Jayme Campos, Eduardo Braga, Pedro Taques e a secretária nacional de Segurança, Regina Miki

José Cruz/Senado Federal

A VIOLÊNCIA NÃO diminuiu nas áreas mais beneficiadas pelos programas de redistribuição de renda, disse ontem o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na Comissão Temporária de Segurança Pública.

A afirmação do ministro se baseia em uma comparação do *Mapa da Violência* com um levantamento sobre o impacto dos programas de melhoria da renda da população. Os últimos dados revelam que a região Nordeste, que mais teve ganho de renda recentemente, tem sofrido com o aumento do número de homicídios.

Portanto, na avaliação de Cardozo, é um equívoco se atribuir a violência unicamente à exclusão social. Para ele, é preciso tratar adequadamente outros fatores, como o uso de drogas e a reinserção social dos egressos do sistema prisional ao fim do cumprimento das respectivas penas.

Desarmamento

O ministro informou também, na comissão, que o governo já recolheu este ano 20 mil armas, entre fuzis, metralhadoras e escopetas, desde que começou uma campanha do desarmamento, pela qual indeniza o portador no valor das peças recolhidas.

Cardozo disse que a desconfiança de quem guarda armas em casa está sendo vencida pelo compromisso de anonimato dos que fazem a entrega voluntária. Além disso, o governo reembolsa o valor da arma com pagamento imediato pelo Banco do Brasil. O valor varia de R\$ 100 a R\$ 300, conforme o modelo.

Ao chegar à unidade da Polícia Federal mais próxima e entregar a arma, o cidadão já recebe um protocolo do Banco do Brasil e uma senha única e intransferível, que ele mesmo cadastra na hora. Com esse documento, deve se dirigir a uma das agências ou caixas eletrônicas do Banco do Brasil.

Descarte total

As armas são inutilizadas no ato da entrega nas delegacias da Polícia Federal. Posteriormente, são encaminhadas ao setor especializado da Polícia Federal para o descarte total, que poderá ser feito por meio da queima em fornos industriais de alta temperatura.

O pressuposto, segundo José Eduardo Cardozo, é que cada arma retirada da sociedade, não importando sua origem, significa casos a menos de morte por arma de fogo e, conseqüentemente, redução da violência.

Além das delegacias da Polícia Federal, o cidadão interessado em devolver a arma para o governo pode procurar postos credenciados pelo ministério.

Sangue derramado

Sudeste lidera em homicídios



Fonte: Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil (Instituto Sangari)

Campanha de desarmamento

ONDE ENTREGAR

Confira os **postos credenciados** (<http://migre.me/5yULn>).

COMO ENTREGAR

Retire antes uma **guia de trânsito** para o transporte da arma (disponível no site da PF), que deve ser entregue **descarregada e embalada**. A identificação não é obrigatória. Se munição também for entregue, deve ser transportada separadamente e não será indenizada.

A DESTINAÇÃO

Serão **inutilizadas** no ato da entrega. As armas serão levadas pela Polícia Federal para descarte, por queima em fornos industriais de alta temperatura.

A INDENIZAÇÃO

O cidadão receberá um protocolo do Banco do Brasil, composto de 16 dígitos, e uma senha de quatro dígitos, única e intransferível, que ele mesmo cadastrará na hora. O prazo para sacar a indenização é de 24 horas até 30 dias e o valor varia de **R\$ 100 a R\$ 300**.

Fonte: Ministério da Justiça

Plano visa ampliar e modernizar sistema prisional

Um plano de ampliação e modernização do sistema prisional brasileiro deverá ser anunciado em setembro pelo governo federal, conforme adiantou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, à Comissão Temporária de Segurança Pública. Considerado “bastante ousado” pelo ministro, o plano deverá prever a aplicação de R\$ 1 bilhão no aumento do número de vagas em presídios.

Também deverão ser contempladas medidas que visem à reinserção social dos presos, ao fim do cumprimento das penas.

– Gostaríamos de anunciar a construção de creches e escolas, mas não podemos mais conviver com a realidade cruel do sistema prisional do país.

O plano será executado em sintonia com outras ações que buscam a integração de esforços entre governos federal, estaduais

e municipais. Para o ministro, grande parte dos problemas de segurança pública decorre de desarticulação entre as três esferas. O mais grave, conforme Cardozo, é que essa desarticulação está presente em uma mesma esfera, como é o caso da Força Nacional, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, no âmbito da União, e do conflito entre polícias militares e civis, nos estados.

Fronteiras serão vigiadas por aviões não tripulados

A fiscalização dos 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil, cortadas por rios, florestas e estradas, será reforçada, a partir de setembro, com o uso de veículos aéreos não tripulados (Vants), controlados a distância. O programa é fruto de um acordo entre os ministérios da Justiça e da Defesa.

Os programas estratégicos para a defesa das fronteiras foram abordados ontem pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ele destacou também integração com os países da região, proporcionada pelos acordos de cooperação. Foi graças a esses acordos que a Polícia Federal brasileira conseguiu destruir plantações de maconha no Paraguai e de coca no Peru.

Governo quer dados mais confiáveis sobre segurança

José Eduardo Cardozo também anunciou a criação de um programa nacional de informações e estatísticas na área de segurança pública. A notificação dos casos será compulsória. O estado que não colaborar poderá ser excluído das verbas do Plano Nacional de Segurança Pública.

Cardozo disse que a ausência de informações e dados confiáveis é um desafio às ações na área de segurança. Ele deu o exemplo do *Mapa da Violência*, um diagnóstico sobre homicídios no Brasil elaborado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça.

Os dados da edição de 2011 desse estudo, recolhidos dos

arquivos do Sistema Único de Saúde (SUS), referem-se ao ano de 2008 – portanto, com três anos de defasagem.

Em muitos estados, acrescentou, a situação da criminalidade de hoje é totalmente diferente de três anos atrás e, portanto, as ações do governo não se baseiam na realidade.

– Onde vamos alocar os recursos, se não temos informações, dados e estatísticas sobre a evolução do problema? – indagou.

Pedro Taques (PDT-MT) apoiou o esforço em favor da integração na área de segurança, mas fez um alerta: é preciso definir claramente os papéis das polícias e da própria União.

Estudos apresentados por professores no Senado mostram que mudanças climáticas aceleraram a redução da biodiversidade no país. Duplicação das áreas degradadas a cada década também exige atenção, dizem eles

Especialistas manifestam preocupação com ritmo da extinção de espécies

ESPECIALISTAS REUNIDOS PELA Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas previram ontem mais transformações nos ecossistemas devido a mudanças no clima, o que pode levar a uma aceleração no ritmo de extinção de espécies. O objetivo da audiência, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), era discutir formas de preservar a biodiversidade.

Miguel Ângelo Marini, professor da Universidade de Brasília, mostrou que as espécies que não forem perdidas viverão em regiões mais restritas e tenderão ao deslocamento para áreas mais favoráveis. No caso

do Brasil, o aumento da temperatura causará migração das espécies para o sul, onde faltam unidades de conservação para abrigá-las.

A transformação poderá se tornar um problema de saúde pública, alertou Marini, citando como exemplo a expansão da área sujeita à leishmaniose. O cientista acredita que o Brasil deva ampliar seus estudos sobre o meio ambiente para colocar-se à altura da importância do país na biodiversidade mundial.

Thomas Lovejoy, professor de Política Ambiental da Universidade George Mason (EUA), exaltou a riqueza da biodiversidade brasileira e assinalou os benefícios na área farmacêutica

e agrícola gerados pelas pesquisas da Embrapa. O professor lamentou, porém, as elevadas taxas de extinção de espécies no Brasil.

A situação pode se agravar, segundo Lovejoy, com o aumento previsto de 2 graus na temperatura mundial, o que seria excessivo para a sobrevivência de muitas espécies. Outra preocupação é com o número de áreas mortas, que estão duplicando a cada década, com consequências para a agricultura e a pesca.

Roberto Cavalcanti, também da UnB, afirmou que é preciso "dar uma chance" à biodiversidade. O professor fez uma longa exposição sobre as transfor-

mações de clima e de espécies no Cerrado e defendeu a criação de mecanismos mais sofisticados de inter-relação entre as áreas social, econômica e ambiental. Em sua opinião, a crescente importação de matérias-primas pela Ásia destaca a necessidade de manter no Brasil uma economia baseada na manutenção da diversidade.

Ao encerrar a reunião, Cristovam Buarque criticou o que chamou de pensamento majoritário dos economistas e destacou o conceito de capital natural. Ele se disse otimista com os resultados que serão obtidos a partir da conferência Rio+20, marcada para junho do próximo ano, no Rio de Janeiro.



Roberto Cavalcanti, Thomas Lovejoy, Cristovam Buarque e Miguel Marini: expectativa de que Rio+20 resulte em medidas que diminuam impacto das mudanças no clima

Consumidor deve rejeitar pilhas e baterias piratas

Maior envolvimento do consumidor na reciclagem e no combate à pirataria de pilhas e baterias. Essa convocação foi feita ontem pelos participantes de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre o projeto de lei do Senado (PLS 714/07) que trata do recolhimento e da destinação final de pilhas e baterias usadas.

O apelo pela conscientização do consumidor foi lançado pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, ao alertar para os riscos à saúde e ao meio ambiente associados ao uso de pilhas e baterias piratas.

Fabricados em países asiáticos, tais produtos apresentam um nível de mercúrio muito superior ao similar brasileiro e não seguem as especificações técnicas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio

Ambiente (Conama), segundo denunciou Barbato.

– As pilhas piratas representam cerca de 40% do mercado brasileiro, costumam adotar o mesmo nome ou apresentação semelhante a produtos já reconhecidos pelo mercado, não pagam impostos e duram dez vezes menos – informou.

Riscos ambientais

Se a desatenção na compra e no descarte de pilhas e baterias de uso doméstico preocupa, a situação se agrava em relação às baterias automotivas, com maior potencial nocivo à segurança ambiental.

Tanto o diretor da Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais (Abbai), Carlos Zaim, quanto o assessor do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Delile Guerra de Macêdo Júnior,

defenderam maior compromisso do consumidor com a devolução da bateria inservível ao local de coleta de reciclagem – normalmente o ponto de venda – e maior fiscalização sobre o produto importado.

O setor de elétricos e eletrônicos iniciou o programa de recebimento e reciclagem de pilhas e baterias usadas em 2010. De lá para cá, já conseguiu instalar quase dois mil pontos de coleta e fechou o ano com o recolhimento de 8,3 milhões de pilhas e reciclagem de quase 800 mil unidades.

A participação do comércio nesse esforço, entretanto, ainda não é tão expressiva. De acordo com o vice-presidente de Relações Políticas e Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados (Abbras), Marcio Milan, apenas duas mil das 88 mil lojas do ramo têm coletores para pilhas e baterias usadas.

Descarte de produtos já tem regras avançadas

A estruturação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – criada pela Lei 12.305/10 – pode ter tornado inócuo projeto de lei do Senado (PLS 714/07) que trata do recolhimento e da destinação final de pilhas e baterias usadas. O próprio relator da matéria, Eduardo Amorim (PSC-SE), ao final de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), se disse convencido da existência de normas mais avançadas.

Com a edição da Resolução 401/08 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a inovação do PLS 714/07 começou a perder o sentido. Quem chamou a atenção para o fato foi a representante do órgão, Zilda Maria Faria Veloso, que considera desnecessária a aprovação de um projeto de lei.



Senador Eduardo Amorim, entre os debatedores Delile Guerra Júnior (E), Marcio Milan, Humberto Barbato, Zilda Veloso, Wanderley Batista e Carlos Zaim

Geovani Borges saúda Exército no Dia do Soldado

Geovani Borges (PMDB-AP) saudou os soldados brasileiros, cujo dia é comemorado em 25 de agosto.



Waldeir Barreto/Senado Federal

O senador destacou a presença do Exército na Amazônia, muitas vezes em locais de difícil acesso.

– Nós, que acompanhamos tudo o que da região é falado, entre mitos e verdades, uma coisa efetivamente temos a obrigação de destacar: aonde ninguém vai, o Exército vai!

Cooperativismo de Santa Catarina faz 40 anos

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comemorou os 40 anos da Organização das Cooperativas de Santa Catarina.



Waldeir Barreto/Senado Federal

O estado tem hoje 262 cooperativas, gerando uma receita da ordem de R\$ 12,5 bilhões. Cerca de 25% da população do estado participa de alguma cooperativa, ou seja, mais de 1,2 milhão de pessoas estão envolvidas com o setor, afirmou o senador.

Eunício quer voto de aplauso para centro de ensino

Em comunicação de liderança, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) registrou a exposição do Instituto Centro de Ensino Tecnológico do Ceará (Centec) na Câmara dos Deputados, com o tema "A extensão do saber a serviço da população".



Waldeir Barreto/Senado Federal

O parlamentar informou ter apresentado requerimento de voto de aplauso para a instituição.

Jayme Campos elogia dirigente do DEM estadual

Jayme Campos (DEM-MT) elogiou a trajetória política do ex-presidente do diretório estadual do Democratas em Mato Grosso, Oscar da Costa Ribeiro, que ocupou o cargo nos últimos cinco anos, tendo se afastado no sábado.



Waldeir Barreto/Senado Federal

– Um político forjado nos tempos das virtudes morais, que só reconheceu o dever como atributo de sua vida pública – definiu Jayme.

Gurgacz: código tem de ser bom para Brasil e povo

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou os debates que o Senado vem promovendo sobre o novo Código Florestal brasileiro. Segundo ele, o Parlamento está empenhado em conseguir um texto consensual que seja bom para o Brasil e os brasileiros.

O senador destacou em especial as atividades conjuntas das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Presidente da CRA, Acir Gurgacz registrou que essas três comissões ouviram na quarta-feira quatro ex-titulares do Ministério do Meio Ambiente: Marina Silva, Carlos Minc, Sarney Filho e José Carlos Carvalho. Ontem, as mesmas comissões receberam a contribuição dos ex-ministros da Agricultura Francisco Turra, Reinhold Stephanes e Alysso Paulinelli.

Dia do Soldado

O senador aproveitou para celebrar a comemoração, ontem, do Dia do Soldado, data estabelecida no dia de nascimento de Luís Alves de Lima, mais conhecido como Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro.

– Ele comandou o Exército brasileiro e lutou para consolidar a nossa independência – disse.

Emendas para garantir incentivo à preservação

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) adiantou que apresentará emendas ao projeto do novo Código Florestal com a intenção de criar instrumentos econômicos que incentivem a preservação ambiental.

Tais instrumentos foram sugeridos por ex-ministros do Meio Ambiente que participaram de debate no Senado, afirmou. Para o senador, a nova legislação não deve se restringir à regularização da ocupação agrícola, mas também dar segurança jurídica aos produtores rurais.

– Ou seja, políticas que incentivem as florestas e incentivem a preservação dos biomas – resumiu.

Rollemberg defendeu a criação de instrumentos econômicos para a agricultura familiar, a fim de que esses produtores sejam estimulados a adotar medidas de preservação. Nesse sentido, o senador apontou que grande parte dos problemas do setor está numa política agrícola ultrapassada do ponto de vista de sua concepção, por financiar o produto e não a propriedade como unidade de produção sustentável. O novo código deve garantir tratamento adequado ao plantio direto, aumentando a produtividade e reduzindo a pressão sobre novas áreas ainda preservadas.

Três ex-titulares da Agricultura disseram, em audiência, que atual lei dificulta atividade rural; de acordo com eles, o agronegócio está preocupado com a preservação ambiental

Ex-ministros pedem votação rápida do Código Florestal

O PROJETO DE reforma do Código Florestal (PLC 30/11) precisa ser votado logo pelo Senado, defenderam os ex-ministros da Agricultura Francisco Turra, Reinhold Stephanes e Alysso Paulinelli. Para eles, a atual legislação ambiental é inviável no que diz respeito à utilização das terras rurais.

Os ex-ministros debateram o tema ontem, em audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente (CMA), Agricultura (CRA) e Ciência e Tecnologia (CCT).

Stephanes, hoje deputado federal, argumentou que a lei atual foi elaborada sem nenhum debate. Já o projeto que agora tramita no Senado, diz ele, foi amplamente discutido na Câmara dos Deputados. Para ele, o texto deveria ser aprovado logo – os aperfeiçoamentos seriam feitos nos próximos anos.

Na avaliação de Turra, a reforma do Código Florestal permitirá que a agricultura brasileira continue crescendo. Em sua opinião, o agronegócio está organizado “para produzir e preservar”.

O ex-ministro lembrou que o Brasil dispõe de grande quantidade de terras ocupadas por pastagens degradadas, que poderiam ser aproveitadas na agricultura, sem a necessidade de se abrirem florestas.

Na visão dele, o projeto em debate no Senado não prevê anistia a desmatadores nem incentiva novos desmatamentos.

– O texto aprovado na Câmara foi cuidadosamente estudado, por isso recebeu votação da maioria absoluta [dos deputados] – afirmou.

Preocupação

Os ex-ministros afirmaram que a preservação dos recursos naturais é uma preocupação antiga do setor agrícola. Stephanes lembrou que novas tecnologias preservam o ambiente, como o plantio direto (técnica de plantio de grãos que promove a conservação do solo), o combate biológico de pragas e a integração de lavoura, pecuária e floresta.

Paulinelli, por sua vez, disse que o país não pode se des-

cuidar de seu potencial agrícola e científico. Ele lembrou que o Brasil tem ajudado a atender à crescente demanda internacional por alimentos e combustíveis renováveis.

– O Brasil tem conhecimento científico suficiente para explorar de forma racional os biomas – declarou.

Ao comentar as normas propostas para legalizar plantios em áreas de preservação permanente (APP), Stephanes defendeu que o novo código regularize atividades consolidadas, como os plantios de uva, maçã e café nas regiões Sul e Sudeste. Para ele, plantios em margem de rio, encosta, topo de morro ou várzea, se feitos sem agredir o meio ambiente e sem causar erosão, devem ser regulamentados.

Stephanes criticou as atuais regras para punir desmatadores. Segundo ele, parte dos órgãos ambientais cometeu excessos. O ex-ministro da Agricultura defendeu que o novo código regularize terras abertas conforme legislação da época.



Francisco Turra fala, ao lado dos senadores Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg e dos ex-ministros Stephanes e Paulinelli

Viana propõe reunir as duas áreas para diálogo

As posições antagônicas adotadas, de um lado, por ex-ministros do Meio Ambiente e, de outro, pelos ex-titulares da Agricultura levaram o relator do Código Florestal na CMA, Jorge Viana (PT-AC), a propor encontro entre os dois grupos, em busca de um entendimento.

– Os ministros do Meio Ambiente dizem que o texto é muito ruim; os da Agricultura dizem que o texto é bom. É tão grande a distância entre o que se ouviu ontem [quarta] e o que estamos ouvindo hoje [ontem] que parecem relatos de países diferentes, mesmo quando se trata de ex-ministros que trabalharam para a mesma gestão – afirmou.

O senador disse acreditar que uma reunião entre ex-ministros poderia clarear posições e resultar em sugestões relevantes para aperfeiçoar o projeto.

– Não significa buscar consenso, mas conversar. Passar um dia discutindo, sem interferência de ninguém, e depois apresentar uma proposta.

Todos os ex-ministros criticaram o desconhecimento dos gestores das políticas ambientais sobre a realidade do campo e a legislação do meio ambiente.

Para Luiz Henrique (PMDB-SC), relator em três comissões – CCJ, CRA e CCT –, as duas audiências mostram que os ex-ministros “não defendem interesse particularizado de algum setor, mas o interesse maior do desenvolvimento do país”.

Rollemberg defende crédito para boas práticas

É necessário criar instrumentos de crédito para valorizar as boas práticas agrícolas, disse ontem o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ao afirmar que o Brasil trata da mesma forma os produtores que prejudicam o meio ambiente e os que produzem com sustentabilidade.

Para o senador, os pequenos produtores rurais, especialmente os familiares, não terão como recuperar áreas degradadas se não houver incentivos econômicos. Rollemberg sugeriu isenção de Imposto Territorial Rural (ITR) para todos os produtores que cumprirem a legislação ambiental.

O ex-ministro da Agricultura Alysso Paulinelli recomendou que recursos arrecadados por meio de multas sejam utilizados para financiar serviços ambientais. Segundo ele, o pagamento pelos serviços ambientais deveria ser destinado aos pequenos agricultores.

Em razão de o Brasil possuir muitos e diferentes ecossistemas, ressaltou o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), é importante que a União edite as normas gerais sobre meio ambiente e os estados e municípios tratem das peculiaridades – como previsto na Constituição. Apenas na região amazônica, informou o parlamentar, existem 27 microbiomas, o que impede que uma mesma norma seja aplicada a todos eles.



Senador também pede o fim do preconceito contra ambientalistas

Davim ressalta importância do consenso

Paulo Davim (PV-RN) chamou a atenção para a importância de o Senado chegar a um consenso na discussão do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11). Para o senador, o debate tem de ser como “maior e único interesse” o fortalecimento do país.

– Espero que seja um debate descontaminado, que não seja movido pela emoção nem por interesses outros que não o interesse soberano do país; um debate cujo maior e único interesse seja fortalecer o país do ponto de vista da produção no campo e do agronegócio, mas também de preservar o patrimônio impar que temos, as nossas belezas naturais e os nossos biomas.

O parlamentar pediu também o fim do preconceito contra os ambientalistas. Para ele, é preciso desfazer o mito de que ambientalista é contra o progresso do país e de que ambientalistas e produtores não podem ficar do mesmo lado. Na sua avaliação, a união entre uns e outros seria a “sustentabilidade”.

– A gente precisa apenas encontrar o caminho do meio, despender um esforço maior para chegar a um consenso.



Pinheiro: duas das quatro fábricas de aerogeradores serão na Bahia

Pinheiro elogia investimentos em energia eólica

Walter Pinheiro (PT-BA) registrou a realização de leilão de energia eólica nos dias 17 e 18 deste mês em São Paulo, o que irá garantir a ampliação dos parques eólicos da Bahia dos atuais 34 para 52, com os 18 novos que serão construídos.

Com isso, explicou o senador, serão gerados 1.400 megawatts de energia, que estarão disponíveis a partir de 2014. O parlamentar informou que das quatro fábricas de aerogeradores que serão instaladas, duas ficarão na Bahia.

Moka defende a profissão de cuidador de idoso



Luiz Alves/Senado Federal

Waldemir Moka (PMDB-MS) pediu o apoio para a aprovação do PLS 284/11, de sua autoria, que dispõe sobre a profissão de cuidador de idoso. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem como relatora Marta Suplicy (PT-SP).

Pelo projeto, o profissional deverá ser maior de 18 anos, ter ensino fundamental e curso reconhecido pelo MEC, exceto quem já exerce a função por pelo menos dois anos.

Agripino pede recursos para atender menores



Luiz Alves/Senado Federal

José Agripino (DEM-RN) afirmou que vai cobrar uma posição do governo sobre o caso das sete crianças, com idades de 7 a 13 anos, que invadiram um hotel para furtar, enfrentaram a polícia e depois destruíram o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente em São Paulo.

– Nunca vi na minha vida uma coisa daquela. Crianças pequeninhas tentando se atracar com policiais, esmurrando, chutando. Eram crianças enlouquecidas.

Marinor cobra mais verbas para educação



Waldemir Brito/Senado Federal

Marinor Brito (PSOL-PA) disse que o Brasil só terá uma educação de qualidade quando aplicar pelo menos 10% do produto interno bruto (PIB) na área. A senadora criticou o atual índice (7%), previsto no novo Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso. Marinor Brito ressaltou que o percentual de 10% também é defendido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Intenção do presidente da comissão, Paulo Paim, é tomar o evento que garantiu a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros como ponto de partida para analisar a história brasileira contemporânea

50 anos da Campanha da Legalidade serão tema de ciclo de debates na CDH

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai realizar um ciclo de debates sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade. De-flagrada em 25 de agosto de 1961 pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a campanha, que ficou conhecida como o maior movimento popular no Brasil desde a Revolução de 30, evitou um golpe militar e garantiu que o vice-presidente João Goulart assumisse a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros, mesmo com a oposição dos militares.

Encabeçado pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), o requerimento para a realização dos debates foi aprovado ontem pela comissão. A primeira audiência pública está marcada para 5 de setembro, enquanto as demais poderão ocorrer numa segunda-feira de cada mês, até

o final do ano. O objetivo é resgatar parte da história do país.

– Vamos discutir toda a história, que passa pelo golpe militar em 1964 e também pela situação de tanta gente que morreu, exilados que voltaram e outros assuntos que se tornaram um marco – afirmou.

Para Ana Rita (PT-ES), o ciclo será uma aula “valiosíssima”. Já Paulo Davim (PV-RN) sugeriu que ele seja transformado em documentário gravado pela TV Senado.

Para o primeiro encontro, deverão ser chamados os presidentes nacionais do PDT e do PTB, bem como os presidentes desses partidos no Rio Grande do Sul e em Goiás.

A CDH aprovou ainda outros oito debates propostos por Paim. Entre os temas a serem discutidos, as situações dos idosos nos asilos e dos portadores do mal de Alzheimer.



José Cruz/Senado Federal

Paim submete à CDH nove propostas de debate que vão de situações sociais específicas a eventos históricos marcantes

Rolleberg: lição de tolerância e de respeito à legalidade

Passados 50 anos da renúncia do presidente Jânio Quadros, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) avaliou que a crise de agosto de 1961 “nos legou a lição de que é necessário tolerância, respeito às instituições democráticas, compreensão política e compromisso com a alternância de poder e que atalhos e medidas de ocasião para restringir a democracia ou ferir a vida democrática do país não teriam mais espaço”.

Na análise do senador, um presidente “isolado e atônito” decidiu renunciar esperando que seu ato fosse legitimado pela população, que o reconduziria ao poder fortalecido.

Não foi o que aconteceu, já que o povo “não entendeu as razões da renúncia nem conseguiu identificar as forças ocultas citadas pelo presidente em sua carta”.

Depois da renúncia, o vice João Goulart, que se encontrava em viagem oficial para a China, tentou voltar ao Brasil para assumir, mas foi impedido pelos ministros militares. Em diversos pontos do país, lideranças políticas nacionais e setores da população se uniram em defesa da posse de Jango. A Campanha da Legalidade, finalizada o senador, galvanizou o país até a posse do vice-presidente eleito e a implantação do parlamentarismo.



Erno Schneider

Jânio Quadros, em Uruguaiana (RS), indo ao encontro do presidente argentino Arturo Frondizi

Uma foto-símbolo do momento vivido por Jânio e pelo Brasil

Meio século depois da renúncia do presidente Jânio Quadros (1917-1992), os arquivos sobre o episódio estão abarrotados de palavras e imagens. Registrada nesses anais, há uma foto que perdura de forma especial como ilustração do momento vivido pelo país e como interpretação da personalidade de quem o protagonizou.

Capturada na ponte que liga Uruguaiana (RS) a Libres, na Argentina, em 21 de abril de 1961, quando Jânio se encami-

nhava para um encontro com o presidente argentino Arturo Frondizi, a imagem do político brasileiro com as pernas em direções opostas mostra, involuntariamente, o quanto havia de divisão de personalidade em Jânio Quadros e o grau de contradição das forças que então lutavam pelo poder.

A fásca geradora da foto foi um tumulto ocorrido próximo ao local, segundo relato do fotógrafo gaúcho Erno Schneider, ao programa *Fantástico*, da TV Globo.

“Imaginei que o povo iria às ruas”

Quando se candidatou à Presidência, Jânio não tinha ideia da real situação econômica do país, segundo explicaria, em 25 de agosto de 1991, em depoimento dado ao neto. O relato está no livro *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*, organizado por Jânio Quadros Neto e Eduardo Lobo Gualazzi.

“A minha renúncia era para ter sido uma articulação: nun-

ca imaginei que ela seria de fato aceita e executada. Renunciei à minha candidatura à Presidência, em 1960. A renúncia não foi aceita. Voltei com mais fôlego e força. Meu ato de 25 de agosto de 1961 foi uma estratégia política que não deu certo. (...) Imaginei que, em primeiro lugar, o povo iria às ruas, seguido pelos militares”, diz em trecho do livro.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • Luiz Henrique • José Sarney • Paulo Paim • Wilson Santiago

* Licenciados

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Lira defende mais recursos para creches

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu ontem a aprovação da MP 533/11, que autoriza a União a repassar recursos aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas creches, cujas matrículas ainda não foram computadas pelo Censo Escolar. A matéria ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Na opinião do senador, são inúmeras as deficiências de atendimento escolar na rede pública, particularmente nas creches, e o apoio financeiro previsto é essencial.

Para Benedito de Lira, somente o investimento em educação garantirá ao Brasil a

capacidade de desenvolver-se econômica e socialmente.

– Precisamos aumentar o nível de investimentos em educação, sem esquecer a melhoria nos processos de gestão e da valorização dos docentes. Só assim seremos capazes de promover o desenvolvimento nacional. Muito já foi feito, mas ainda há muito por fazer – afirmou.

A defesa de mais investimentos para o setor foi motivada pelas informações de estudo do Escritório Técnico



Benedito de Lira

de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Segundo o documento, a região Nordeste precisará crescer 3% acima da média brasileira para que, em 16 anos, haja convergência entre o produto interno bruto (PIB) nacional e o nordestino.

Além disso, de acordo com o estudo, seria necessário que o governo investisse R\$ 50 bilhões a mais por ano do que o aplicado nas demais regiões para que possa haver essa convergência.

Marta afirma que país está preparado para crise



Marta Suplicy

Ao avaliar a crise internacional, Marta Suplicy (PT-SP) disse que medidas a serem anunciadas pelos Estados Unidos vão valorizar ainda mais o real e prejudicar a indústria brasileira.

– Vamos navegar em águas turbulentas nos próximos anos –

afirmou a senadora.

Marta avaliou, no entanto, que o país está preparado. Ela destacou o pronunciamento do ministro da Fazenda, Guido Mantega, no Senado e elogiou os programas lançados pelo governo nas últimas semanas, que “atacam problemas tributários, ampliam o acesso ao crédito e promovem a inovação tecnológica como norte para a indústria”.

Para Ana Amélia, Brasil deve ajustar câmbio



Ana Amélia

O Brasil está preparado para a crise econômica mundial? O questionamento foi feito ontem por Ana Amélia (PP-RS), para quem o governo deveria aproveitar a popularidade atual para reduzir juros e fazer ajustes no câmbio, além de combater

barreiras impostas por parceiros comerciais, como a Argentina, e adotar mecanismos de proteção mais eficientes como forma de evitar a desindustrialização.

Ana Amélia citou artigo do ex-ministro Delfim Netto publicado quarta-feira na *Folha de S.Paulo*: a questão dos juros deve ser resolvida pelo Brasil, que tem a maior taxa de juros real e a moeda mais sobrevalorizada do mundo.

É preciso baixar a taxa de juros, diz Lindbergh



Lindbergh Farias

Lindbergh Farias (PT-RJ) voltou a defender a queda da taxa de juros. Dizendo-se, neste momento, um “homem de uma tecla só”, o senador citou a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorrerá na quarta-feira, ao pedir

uma ação imediata do Banco Central.

– É imperioso que, na próxima reunião do Copom, nós entremos na discussão da baixa da taxa de juros. É fundamental acertar no tempo. E o tempo de baixar a taxa de juros é este. Se deixarmos para depois, podemos cometer o equívoco que cometemos na crise de 2008, quando o Banco Central demorou a tomar essa medida – alertou o parlamentar.

Cristovam quer imposto sobre grandes fortunas



Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs que o Senado retome a discussão sobre um imposto para taxar grandes fortunas. O dinheiro poderia promover uma revolução na educação, disse.

– Eu venho aqui sugerir que nós tomemos a iniciativa de

estudar exemplos de outros países e, quem sabe, de conversar com eles, os banqueiros, com os grandes empresários, com os donos das grandes fortunas brasileiras – propôs.

Cristovam afirmou ter apresentado à presidente Dilma Rousseff documento com propostas para uma revolução na educação, com a federalização de todas as escolas do Brasil, que funcionariam em horário integral.

Pinheiro celebra recuo na taxa de desemprego

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou os índices relativos ao mercado de trabalho divulgados ontem pelo IBGE, mostrando recuo na taxa de desemprego e aumento da renda média em julho com relação ao mês anterior.

– A pesquisa aponta que, no mês de julho, a taxa de desemprego foi de 6%, a mais baixa desde o início da série histórica elaborada pelo IBGE – informou o senador, que considera

a marca significativa, especialmente em meio ao período de crise pelo qual passam vários países do mundo.

A *Pesquisa Mensal de Emprego*, realizada em seis regiões metropolitanas pelo IBGE, indicou que, em junho, a taxa de desemprego foi de 6,2%. Com relação à renda média mensal, o valor registrado em julho foi de R\$ 1.612,90, aumento de 2,2% com relação a junho, quando a renda regis-

trada foi de R\$ 1.577,89. Para o senador, os bons números poderiam servir de estímulo para que o Banco Central baixasse a taxa de juros.

– O dado do IBGE nos traz a certeza de que a [medida] “macroprudencial” adotada no início do ano, tendo que elevar a taxa de juros, precisa, agora, ser uma “macroatitude” de baixar a taxa de juros porque a economia responde desse jeito – disse Pinheiro.

O líder do DEM na Câmara, ACM Neto, declarou que a oposição decidiu votar os projetos porque eles são relevantes e porque espera dialogar com o governo

Congresso aprova créditos suplementares para Executivo

SOB A PRESIDÊNCIA da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), o Congresso aprovou ontem quatro projetos destinando créditos especiais e suplementares a diversos órgãos da União. Entre os contemplados, está o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com R\$ 755 milhões.

Antes das votações, o líder do DEM na Câmara, deputado ACM Neto (BA), observou que a oposição vinha obstruindo as votações do Congresso e que só concordou em votar esses créditos por considerá-los relevantes e porque aguarda uma contrapartida do governo. O gesto que os partidos contrários ao governo agora esperam, explicou, é que o Executivo mantenha o diálogo com a oposição.

Projetos aprovados

► **PLN 1/11** Abre ao orçamento da Seguridade Social, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R\$ 755 milhões.

► **PLN 4/11** Abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor dos ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social, crédito especial no valor de R\$ 205,6 milhões.

► **PLN 9/11** Abre ao orçamento Fiscal, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor de R\$ 48,993 milhões.

► **PLN 17/11** Abre ao orçamento Fiscal, em favor dos ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar de R\$ 150,673 milhões.



Reunião do Congresso Nacional foi presidida pela deputada Rose de Freitas

Luiz Henrique pede financiamento para lavouras de maçãs

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu ontem a criação de uma linha de crédito agrícola para financiar a cobertura das lavouras de maçãs em Santa Catarina, visando proteger os pomares do granizo.

Segundo o senador, a cultura tem sido fortemente prejudicada pelas chuvas de granizo, que levam a perdas frequentes de até 60%. Nos últimos dez anos, informou, sete colheitas foram prejudicadas pelo granizo.

– Houve pomicultor que, em dez minutos de uma intensiva queda de granizo, perdeu o trabalho de todo ano. Por isso, essa providência é importante – disse Luiz Henrique, lembrando o elevado endividamento dos produtores.



Luiz Henrique: produtores endividados

Críticas ao Sistema S geram debate entre senadores

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) apontou várias irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) junto ao Sistema S. Uma auditoria teria acusado “aspectos muito obscuros” na gestão financeira das entidades, como Sesi, Senai, Sesc e Senar.

De acordo com Ataídes, um dos principais problemas descobertos foi a arrecadação direta pelo Sesi e Senai das contribuições que lhes são devidas, visto que, conforme explicou, a Lei 11.457/07 atribuiu competência à Receita Federal para o recolhimento desses tributos.

Em aparte, Armando Monteiro (PTB-PE) acusou Ataídes Oliveira de tentar “desconstruir” o Sistema S. Segundo ele, a arrecadação direta já está prevista nos regimentos internos do Sesi e do Senai.

Kátia Abreu (DEM-TO) apoiou Armando e afirmou que todas as contas do Senar nacional, entidade que ela chefia, estão aprovadas pelo TCU e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

CAMINHO DA ESCOLA VAI DISTRIBUIR BICICLETAS



Luiz Alves/Senado Federal

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou o lançamento do programa federal Caminho da Escola, que entregará bicicletas e capacetes a municípios, que serão distribuídos a estudantes. Num primeiro momento, serão contemplados 70 municípios de até 20 mil habitantes. – Está programada para este ano a entrega de 100 mil bicicletas, já para a primeira programação. E 26 mil estudantes receberão, nos próximos dias, essas primeiras bicicletas do programa – disse.

RENAN ELOGIA PROGRAMA DE MICROCRÉDITO



Luiz Alves/Senado Federal

Renan Calheiros (PMDB-AL) elogiou o lançamento, nesta semana, do Crescer – Programa Nacional de Microcrédito, com empréstimos a juros baixos (8% ao ano) e taxa de abertura de crédito de apenas 1% do valor total do empréstimo. Renan se disse honrado por seu projeto (PLS 59/10) ter sido uma das inspirações do programa e comemorou o fato de ele beneficiar empreendedores individuais como pipoqueiros, açougueiros, alfaiates, costureiras, mecânicos, barbeiros, borracheiros, eletricitistas e jardineiros, entre outras categorias.

ÂNGELA SAÚDA INCLUSÃO DE DILMA EM RANKING

A senadora Ângela Portela (PT-RR) registrou a lista publicada pela revista *Forbes*, que coloca a presidente Dilma Rousseff como a terceira mulher mais poderosa do mundo, depois da chanceler alemã Angela Merkel e da secretária de Estado americana Hillary Clinton.

Ângela disse que a escolha representa “o reconhecimento do Brasil no concerto das nações, onde cresce em importância e amplia a sua liderança em todos os continentes”, a qual, segundo ela, não se expressa pela força nem pelo poderio econômico ou militar, mas pela autoridade moral de um país que “em poucos anos conseguiu resgatar mais de 60 milhões de pessoas da pobreza”.

Nomes para Infraestrutura Rodoviária e Planejamento ainda dependem de votação em Plenário. Os outros cinco diretores do órgão já foram confirmados pelo Senado

CI aprova últimos indicados para a diretoria do Dnit

AO APROVAR OS nomes dos engenheiros Roger da Silva Pêgas e José Florentino Caixeta para diretores de Infraestrutura Rodoviária e de Planejamento, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) encerrou ontem a avaliação das indicações para a nova diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), composta de sete integrantes. Eles receberam 15 votos favoráveis, com uma abstenção.

Com o parecer da CI, as indicações seguem para exame do Plenário. Ao longo da semana, a CI já havia aprovado as indicações de outros cinco diretores para o Dnit.

Roger Pêgas, atual responsável pelo acompanhando das obras rodoviárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), disse saber das dificuldades da futura missão em área vital para um país que tem sua logística apoiada no transporte rodoviário. Aos parlamentares, em reunião presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou que essa modalidade responde por mais de 60% da matriz do transporte de carga e ainda pela movimentação de 36 milhões de passageiros.

O indicado destacou que o orçamento do Dnit vem crescendo desde 2003, saindo de R\$ 1 bilhão naquele ano para



Caixeta e Pêgas (D) ladeiam a senadora Lúcia Vânia, presidente da CI

R\$ 11 bilhões no atual exercício. Ainda assim, observou que a evolução dos gastos significa um resgate apenas parcial da falta de investimentos dos últimos 35 anos. Destacou ainda que o país tem pouco mais de 63 mil quilômetros de rodovias federais, uma malha que se eleva a 213 mil quilômetros contando as rodovias estaduais e municipais pavimentadas.

– A título de comparação, a Índia e a China, nossos concorrentes diretos, possuem mais de um milhão e meio de quilômetros de rodovias – assinalou.

Projetos básicos

O indicado para a Diretoria de Planejamento, José Florentino Caixeta, contrariou a tese de que as licitações só devem ser feitas exclusivamente com base em projetos executivos. Normalmente, se atribuem ao pouco grau de detalhamento

dos projetos básicos a necessidade de aditivos contratuais para serviços não previstos em obras já em andamento, com oportunidade para superfaturamento nos preços.

– Fui de um período em que o projeto básico era licitado e com bons resultados. Penso que as deficiências estão atreladas à má qualidade do projeto básico. Seja básico ou executivo, se for mal feito vai gerar problemas.

Caixeta ingressou no Ministério dos Transportes ainda nos anos 1970, como assessor do ex-ministro Eliseu Resende. Com Eliseu, ele disse que aprendeu uma lição: o recurso público é limitado e precisa ser bem aplicado para o melhor rendimento. Por concurso público, Caixeta se efetivou no cargo atual de Analista de Transportes, o mesmo de Roger Pêgas.

PARA ALVARO DIAS, FAXINA ÉTICA É UMA FARSA



Waldemir Barreto/Senado Federal

Em nome da liderança do PSDB, Alvaro Dias (PR) chamou de farsa o conjunto de ações contra a corrupção no governo federal e lamentou que parlamentares honrados, ao oferecerem apoio à “faxina”, tenham na prática participado de uma encenação.

O senador criticou as pressões do Palácio do Planalto contra a criação da CPI da Corrupção e disse que a presidente Dilma Rousseff foi levada aos procedimentos de limpeza ética porque foi “atropelada pelos fatos”.

SOCIEDADE DEVE SE MOBILIZAR, DIZ MOZARILDO



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a realização de um ciclo de debates sobre corrupção no Senado. Segundo explicou, as discussões não buscam alguma “ação pirotécnica”, mas sim mobilizar a sociedade para mostrar que é possível combater a corrupção pelos mecanismos da lei.

De acordo com Mozarildo, o tema está “vivo na cabeça das pessoas”, pelas denúncias da imprensa que revelam as ilicitudes no serviço público, os atos de corrupção e roubos nos órgãos governamentais.

GARIBALDI APOIA COMBATE À CORRUPÇÃO



Waldemir Barreto/Senado Federal

Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou ontem que apoia a presidente Dilma Rousseff na investigação e combate a esquemas de corrupção noticiados pela imprensa. Ele pediu, contudo, cautela na análise das denúncias feitas contra autoridades.

– É fundamental que não haja precipitações, que não haja julgamentos ou condenações. Não se pode agir de forma puramente emocional quando se trata da honra de pessoas, de homens públicos, que têm o direito de defesa.

Cyro: faxina de Dilma não elimina herança de Lula

Diferentemente do que o *Jornal do Senado* publicou ontem, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) não afirmou que a “faxina de Dilma elimina ‘herança maldita’ de Lula”.

Ele disse, isso sim, que “o presidente Lula legou à presidente Dilma Rousseff uma herança

maldita” e que “não adianta trocar ministros e dirigentes de órgãos públicos” porque “a farra vai continuar”, caso não seja feito “um trabalho sério, profundo e metuculoso”.

– Se não for feita uma faxina para valer, de cima a baixo, a crise institucional será inevitável.

Miranda mencionou mais um caso envolvendo o Dnit, cuja cúpula demitida estaria fazendo valer decisões tomadas antes da exoneração.

– Assim, não dá para oferecer apoio incondicional à presidente, porque, na prática, está aí: a farra continua! – afirmou.

Diplomatas defendem maior aproximação com África e Ásia

A política brasileira de aproximação com países em desenvolvimento da África e da Ásia foi ressaltada ontem pelos embaixadores indicados para o Gabão e o Vietnã, respectivamente Bruno Luiz dos Santos Cobuccio e Vitoria Alice Cleaver. As mensagens presidenciais nomeando os diplomatas foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e serão agora examinadas em Plenário.

O embaixador designado para o Gabão informou que a África, ao longo dos últimos anos, tem crescido a uma média de 4,6% ao ano, graças à maior estabilidade política e à abertura ao investimento externo. Um recente estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), informou

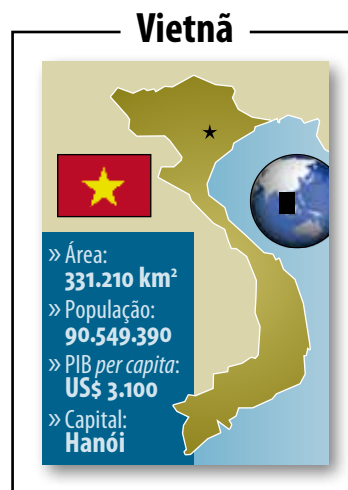
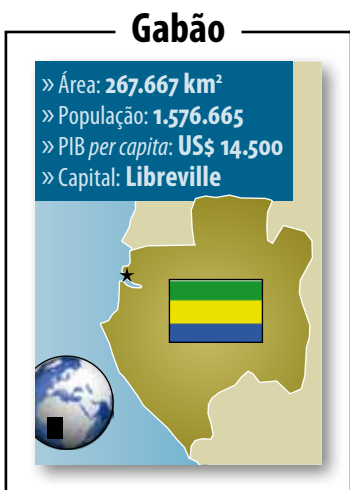
o diplomata, prevê que a África terá, nos próximos 10 anos, um crescimento superior ao da Ásia.

– Há um renascimento africano. A atual política externa brasileira considera o continente como uma oportunidade de sinergias positivas com o Brasil. A África multiplica o poder do Brasil pelo mundo – afirmou Cobuccio.

A embaixadora indicada para o Vietnã lembrou que as relações bilaterais são recentes – têm pouco mais de 20 anos. Mesmo assim, o comércio entre os dois países cresceu bastante ao longo da última década. Passou de US\$ 47 milhões em 2003 para US\$ 936 milhões em 2010, nos dois sentidos. Boa parte das exportações brasileiras ainda é de *commodities*, completou.



Presidente da CRE, Fernando Collor (C) ouve Vitoria Cleaver e Bruno dos Santos



CRE adia decisão sobre documentos oficiais sigilosos

As críticas feitas pelo relator Fernando Collor (PTB-AL) ao projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que disciplina o acesso público a documentos oficiais, motivaram o adiamento da votação da proposta pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), prevista para ontem. Foi concedida vista coletiva do projeto.

Collor lembrou que mesmo nos Estados Unidos ainda existem “restrições de toda ordem” que impedem ou dificultam o acesso a informações sigilosas que possam afetar os “interesses vitais” daquele país. Entre os países da América do Sul, prosseguiu, em nenhum caso existe “abertura total de acesso a informações”.